

OS INGRESSANTES NA UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DE QUALIDADE

Luis Carlos Ferreira Gomes¹

¹Prof. Bel. e Me. em Administração e Dr. em Educação-Currículo. Diretor da Unidade Universitária da UEG de Santa Helena de Goiás. Via Protestato Joaquim Bueno, nº. 945
- Perímetro Urbano - Santa Helena de Goiás. luis.gomes@ueg.br

Resumo: Este texto pretende provocar a discussão da necessidade das IES - Instituições de Ensino Superior considerar, nos Projetos Pedagógicos de seus Cursos, a real condição de formação dos alunos neles ingressantes e planejarem e desenvolverem ações que permitam atender à expectativa de qualidade na formação dos egressos demandada pela sociedade. Desde o século passado, em especial a partir dos anos 1970, com a denominada democratização do ensino que se iniciou no antigo ginásio, hoje parte do ensino fundamental, passando pelo ensino médio, nos últimos anos estendeu-se para o Ensino Superior. O quantitativo de candidatos aumentou consideravelmente e o mesmo aconteceu com a oferta de vagas no ensino superior e, apesar da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos emanadas do CNE - Conselho Nacional de Educação e de outros documentos legais, aparentemente existe um descompasso entre a formação necessária, historicamente definida, para estar nos Cursos Superiores e a que apresentam os neles ingressantes. Esse movimento ampliou-se com o aumento de vagas ociosas, principalmente no ensino privado e, também, no ensino público com a adoção de políticas de inserção social de reserva de vagas, denominadas cotas. O estudo da questão pode contribuir para a construção de Projetos Pedagógicos, e correspondentes estruturas curriculares, pois ao aceitar a realidade dos alunos ingressantes, passariam a incorporar no seu fazer pedagógico, naturalmente, as ações de superação das dificuldades e deficiências de formação trazidas dos níveis de ensino anteriores.

Palavras-chave: processos seletivos, projetos pedagógicos, ingressantes, ações pedagógicas, formação de qualidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de provocar a comunidade acadêmica a discutir o descompasso existente entre as condições de formação dos alunos que concluíram o ensino médio e as idealizadas como ponto de partida para os cursos superiores. A diferença entre a realidade de formação presente nos ingressantes das IES e as presumidas existirem pode estar contribuindo para as dificuldades no desenvolvimento e na qualidade dos egressos dos cursos superiores.

A proposição aqui apresentada é a de se considerar a realidade da formação trazida pelos ingressantes e construir e/ou reconstruir os Projetos Pedagógicos dos Cursos, utilizando a abordagem sistêmica, incorporando componentes curriculares que possibilitem aos novos alunos conseguirem, a partir da condição de formação que trazem, ao longo do processo educativo, desenvolverem as competências – conhecimentos, habilidades e atitudes – estabelecidas no perfil dos egressos desses cursos.

Essa abordagem se justifica pelas mudanças havidas no cenário do ensino superior, com a crescente oferta de vagas nesse nível de ensino, que passou de 2.694.245 em 1999, de acordo com o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (s.d), para 5.954.021 em 2009 conforme o INEP (2010), com incremento de 3.259.776 – o que corresponde a 151% das vagas oferecidas 10 anos antes, passando de 1,58% da população de 1999 - 169.799.170 habitantes para 3,1585% da população estimada de 1999 – 188.505.507 pessoas, o que corresponde a um incremento de quase 3 vezes nessa participação. Essa oferta de vagas no ensino superior ocorreu tanto no ensino público quanto, e majoritariamente, no privado.

A limitação de acesso aos cursos universitários no Brasil sempre foi muito grande e, por isso, se apresentava extremamente elitista, permitindo que apenas uma minoria de estudantes tivesse acesso à Universidade, onde pré-requisitos de conhecimentos, historicamente, foram sendo definidos pelas IES nos denominados vestibulares, num contexto onde o número de candidatos, usualmente, era sempre largamente maior que a quantidade de vagas disponibilizadas. Esse movimento contribuiu na definição da linha divisória de conhecimentos entre os denominados segundo e o terceiro graus que, gradualmente cristalizada, estabeleceu, também, o limite inicial dos conteúdos a serem desenvolvidos no ensino superior. Essa definição de conhecimentos preestabelecida configura os conteúdos que são avaliados nos processos seletivos, os denominados vestibulares, e são visíveis nos editais de tais processos, especialmente nas universidades públicas, embora nem sempre exigidos.

A definição dos conhecimentos apresentada nos editais de vestibulares, na realidade, é construída no seio das Universidades e tem servido, também, como parâmetro na determinação dos conteúdos a serem desenvolvidos nos seus cursos e a prática disseminada de não retornar a conteúdos do ensino básico.

Nesse contexto, os Projetos Pedagógicos, não levando em consideração a realidade dos ingressantes, passam a assemelhar-se, de forma figurada, a um processo de construção de um edifício que, nas fundações, não leva em consideração o terreno sobre o qual a edificação vai ser levantada. O efeito da ignorância desse fato pode acarretar problemas de toda ordem que vão surgir desde o processo construtivo ao edifício pronto, e não atender às demandas para as quais são construídos.

A superação desse hiato que se formou entre os conhecimentos proporcionados pelo Ensino Básico e o Ensino Superior passa, necessariamente, por considerar nos projetos pedagógicos dos cursos a realidade dos ingressantes, assumindo-a e incorporando nos componentes curriculares e seus processos os conteúdos e práticas que possam contribuir na superação dessa dificuldade sem que isso se caracterize, como em muitas instituições, disciplinas de revisão e/ou recuperação, tratando de assuntos que em nenhum momento anterior foram tangenciados pelos alunos. Outra prática, o que é mais usual, é promover o aluno, sistematicamente, para outras séries, carregando deficiências de formação trazidas de anos anteriores, até terminar o curso e receber um título, que, de fato, não se traduz em competência – conhecimentos, habilidades e atitudes – estabelecidas no perfil do egresso desse curso.

DESENVOLVIMENTO

A educação no Brasil tem se modificado radicalmente, especialmente a partir de 1968 quando, com a denominada democratização do ensino, conforme Carvalho (2004), a partir do antigo ginásio, uma vez que se considerava que o ensino

primário estava universalizado e Azanha (2004), ao discorrer sobre os procedimentos praticados pelas elitizadas escolas públicas, nos anos 1970, com os exames de admissão ao ginásio, nos oferece elementos para reflexão sobre as práticas que têm sido adotadas nas IES para a admissão dos seus alunos, contribuindo no entendimento da questão que é o hiato de formação existente entre a formação proporcionada pelas escolas de nível médio e a esperada nos cursos do ensino superior.

Hoje, de forma semelhante ao que ocorria nos exames de admissão ao ginásio, os estudantes disputam uma vaga nas IES públicas, não só por ser, a maioria delas gratuita, mas, por gozarem na sociedade o conceito de excelência na formação. Para aquilatar melhor essa disputa, em 2009, conforme MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - INEP (2010) no Censo da Educação Superior de 2009, ver Tabela 1, existiam 2.314 IES que ofereciam 28.671 Cursos, dos quais 30,09% (8.628) eram de IES públicas, sejam federais, estaduais ou municipais, e 69,91% (20.043) eram de IES privadas. Nesses Cursos, as IES disponibilizavam 4.726.394 vagas, sendo 9,77% (461.694) pelas públicas e 90,23% (4.264.700) pelas privadas. Para os processos seletivos inscreveram-se 6.889.269 candidatos, sendo 39,67% (2.732.745) nas públicas e 60,33% (4.156.524) nas privadas. Esses números indicam que a relação candidatos por vaga para todas as IES foi da ordem de 1,46 (6.889.269/4.726.394), de 5,92 para as públicas (2.732.745/461.694) e de 0,97 (4.156.524/4.264.700) para as privadas e evidenciam a preferência dos candidatos pelas IES públicas.

Tabela 1 – Estatística Básica do processo seletivo das IES - 2009

Elementos	Total geral - quantidade	Públicas		Privadas	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Cursos	28.671	8.628	30,09	20.043	69,91
Vagas Oferecidas	4.726.394	461.694	9,77	4.264.700	90,23
Candidatos Inscritos	6.889.269	2.732.745	39,67	4.156.524	60,33
Candidatos/vaga	1,46	5,92		0,97	

Adaptada pelo autor do Quadro Resumo: Estatísticas Básicas e Indicadores da Educação Superior – Cursos de Graduação Presencial e EaD, segundo a categoria Administrativa – Brasil - 2009

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - INEP (2010)

É perceptível a grande diferença existente ao efetuar-se análise dos ingressantes no Ensino Superior. Nas IES privadas, estatisticamente, não existe disputa, pois temos menos de um (1) candidato por vaga enquanto nas públicas, para cada vaga, disputam, em média, 5,92 candidatos. Nestas últimas, num esforço de inclusão, cotas têm sido estabelecidas para possibilitar que minorias historicamente excluídas tenham acesso ao ensino superior público gratuito, conforme indica o Censo da Educação Superior de 2009, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - INEP (2010), ao afirmar que 36.294 vagas do ensino presencial foram preenchidas por ingressantes que utilizaram o programa de reserva de vagas. Esse número embora ainda seja pequeno, 7,86% das 461.694 vagas oferecidas, pode estar causando dificuldades nessas instituições, seja para os alunos ou para os professores, que continuam a ministrar seus cursos da forma tradicional, isto é presumindo um perfil de ingressante que pode não mais estar existindo. Essa questão fica mais agravada quando consideramos o ensino privado que detém mais de 90% das vagas oferecidas que, em 2009, como pode ser visto na tabela 1, eram 4.264.700.

Essas mudanças não foram acompanhadas de ajustes no Ensino Superior para adequar seus cursos, em especial nas públicas, onde a relação candidatos/vaga,

conforme a tabela 1, é de 5,92 considerada alta quando comparada a das privadas que é de 0,97, sugerindo, esta última, a existência de vagas ociosas.

As instituições privadas, mais sensíveis a taxa de ocupação das vagas, flexibilizou as oportunidades de acesso nos seus processos seletivos e, boa parte delas, preocupadas com a qualidade de formação do ingressante, incorporou nos seus projetos pedagógicos componentes curriculares que denominam de nivelamento, como pode ser visto, entre outras, em FUNCESI (2007). Essa prática, apesar de interessante, não está, usualmente incorporada nas estruturas curriculares dos cursos, delas fazendo parte, e sim em tentativas práticas de superação das dificuldades trazidas pelos alunos. Apesar do importante papel de inclusão social dos alunos com o acesso no nível superior de educação praticado por essas instituições, na realidade os processos seletivos suprem as exigências legais, mas não efetuam a seleção baseada nos parâmetros de conhecimentos historicamente definidos como sendo pré-requisitos para o acesso aos cursos superiores. Parte-se do princípio que, concluído o ensino médio, os estudantes estão aptos a prosseguirem seus estudos, o que não é verdade necessariamente, pois conforme FUNCESI (2007, p.2)

O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

O que se percebe é que a formação oferecida nos ensinos fundamental e médio deixa a desejar, sendo comuns as queixas dos docentes do ensino superior quanto às falhas de formação e ao baixo nível apresentado pelos alunos, sobretudo no início da vida acadêmica. Grande parte deles são alunos que não conseguem organizar bem as idéias por escrito, cometem muitos erros gramaticais e ortográficos e apresentam, ainda, falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros.

Esse procedimento ocorre também nas públicas, especialmente naquelas cuja doutrina é oportunizar ensino superior público e gratuito a camadas da população que teriam dificuldades de estudar em locais distantes de suas residências e de seu trabalho. A UEG – Universidade Estadual de Goiás procura cumprir esse papel nas 42 unidades distribuídas pelo território goiano com seu PS – Processo Seletivo, mais classificatório do que seletivo.

Nesse contexto, na unidade de Santa Helena, nas reuniões de colegiado dos cursos, é feita a avaliação do desenvolvimento dos alunos e, os diversos professores, especialmente os dos primeiros anos, relatam a dificuldade que os alunos apresentam no aprendizado e a atribuem a “falta de base”, isto é, de conhecimentos elementares, particularmente em português, matemática e física, trazidos do ensino básico. Na tentativa de melhor conhecer esse situação, foi solicitado ao Núcleo de Seleção o encaminhamento dos resultados obtidos pelos estudantes que hoje cursam o primeiro ano dos cursos e realizaram o PS 2011/1 – que selecionou ingressantes para o primeiro semestre de 2011 - que revelou uma realidade perversa e desafiante, na medida em que ficou constatado que muitos deles não deram conta de responder nenhuma questão, por exemplo, de matemática, obtendo zero nesse componente do PS, como pode ser verificado na Tabela 2, onde 26 ingressantes, 74,29% deles, tiraram zero nesse componente específico, num universo de 35 que passaram a ocupar uma das vagas do curso de Matemática (grifo meu). Situação essa que se reproduz em todos os cursos.

Constatada essa realidade, a unidade universitária, tentando superar essa dificuldade, tem procurado desenvolver ações, entre outras, como formação de grupos de estudos, monitorias e cursos de suplementação que tem se revelado pouco efetivas, dado o caráter voluntário de participação dos aprendentes, persistindo o problema.

Tabela 2 – Quantidade de provas que não tiveram nenhum acerto no PS – Processo Seletivo de 2011/1 da UEG – Unidade de Santa Helena de Goiás

Curso	Ingressantes	Específicas			
		Física	%	Matemática	%
Administração	39			16	41,03
Engenharia Agrícola	30	16	53	14	46,67
Sistemas de Informação	40	20	50	20	50
Matemática	35	21	60	26	74,29
Totais	144			76	52,78

Confeccionada pelo autor

Fonte: Núcleo de Seleção da UEG – Dados do processo seletivo de 2011/1

Embora muitos professores considerem que não é papel da Universidade suprir as deficiências de formação trazidas do ensino médio e anteriores, os conhecimentos em questão são essenciais para a realização dos cursos superiores e deixar os alunos a própria sorte, não contribui em nada com o perfil de egresso estabelecido nos Projetos Pedagógicos.

As ações de nivelamento, não fazem parte dos Projetos Pedagógicos e não sendo obrigatórias, não são atrativas aos alunos que, neste momento, não tem condições ainda de avaliar o prejuízo existente por não ter formação consistente para enfrentar a vida na sociedade, depois de graduado. Assim, sem discutir eventuais vazios entre as diversas instâncias do ensino básico, evidencia-se a necessidade de buscar soluções para o vácuo existente entre os níveis de Ensino Básico e Ensino Superior.

Independentemente das medidas que devem ser tomadas no Ensino Básico para proporcionar formação adequada aos estudantes para a, no ensino superior, a superação desse vácuo pode ocorrer assumindo-se a realidade existente e desenvolvendo Projetos Pedagógicos que cubram a lacuna existente entre o perfil do egresso idealizado e a real condição de formação trazida pelos ingressantes e, em adição – para discussão em outros momentos por não ser objeto deste trabalho, outras abordagens pedagógicas como a aprendizagem baseada em problemas e em pesquisas.

CONCLUSÃO

1. Sejam assumidas pelas IES as condições de formação trazidas pelos ingressantes de seus cursos;
2. Sejam os Projetos Pedagógicos construídos/reconstruídos, tendo como obrigatórias todas as ações que proporcionem ao estudante alcançar a formação de qualidade idealizada, cujas competências estão descritas nos respectivos Perfis de Egressos.

REFERÊNCIAS

- Azanza, J.M.P. *Democratização do ensino: vicissitudes da idéia no ensino paulista*. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, maio/ago. 2004, p. 335-344.
- Carvalho, J.S.F. “*Democratização do ensino*” revisitado. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, maio/ago. 2004, p. 327-334.
- FUNCESI. *Manual de Nivelamento da FACCI*. Itabira – MG, 2007. Disponível em www.funcesi.br/Portals/1/Nivelamento.pdf. acesso em 23/09/2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - INEP. *Evolução da Educação Superior – Graduação*. Brasília - DF, s.d. disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-2007>. acesso em 23/09/2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - INEP. *RESUMO TÉCNICO – Censo da Educação Superior de 2009*. Brasília - DF, 2011.
- UEG – Núcleo de Seleção. *Dados do processo seletivo de 2011/1: seleção dos resultados obtidos pelos ingressantes da UnU Santa Helena*. Anápolis, 2011.